

17- CRIAÇÃO DO PROVEDOR DO ANIMAL DE BRAGA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO DO REGULAMENTO DE DESIGNAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROVEDOR MUNICIPAL DOS ANIMAIS DE BRAGA:

Do Sr. **Vereador Altino Bessa**, com a área de responsabilidade da política animal, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação da criação da figura do Provedor Municipal dos Animais de Braga, bem como a aprovação do início do procedimento regulamentar de Designação, Organização e Funcionamento do Provedor Municipal dos Animais, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo.

ASSUNTO: Criação do Provedor do Animal de Braga e Início de procedimento do Regulamento de Designação, Organização e Funcionamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga

PROPOSTA

CONSIDERANDO QUE:


1. Tem sido clara a evolução do quadro legislativo no que concerne à defesa dos direitos dos animais, reconhecidos agora como seres sencientes e dignos de tutela civil e penal;
2. A implementação de uma figura como o Provedor Municipal do Animal urge, atento o volume crescente de pedidos, queixas e reclamações recebidos no Município, e a necessidade de harmonizar as crescentes exigências da sociedade na sua relação com os animais, e também na convicção da necessária convergência da atuação da Administração Pública com as melhores práticas internacionais neste domínio;
3. A constituição da figura do Provedor Municipal dos Animais de Braga inscreve -se numa estratégia Autárquica de modernização administrativa, baseada na prestação de serviços de qualidade, e de modo a agilizar a interatividade entre os serviços da autarquia e os municípios;
4. A importância que os animais de companhia assumem para a melhoria da qualidade de vida, nomeadamente para o bem-estar físico e psíquico das populações, e o facto de se verificar uma crescente preocupação e perceção pública e social em garantir uma proteção reforçada e um maior respeito pelo bem-estar destes animais;
5. Que se pretende, com a criação desta figura, uma maior interligação entre os Municípios, as Associações e a Autarquia, através de alguém que seja um profundo conhecedor da realidade local no tocante à matéria da salvaguarda dos interesses dos animais;

6. Pela Lei do Orçamento do Estado para 2021, aprovada pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual, já se previa a Criação por parte do Governo, do regime jurídico deste órgão singular e desprovido de competências executivas, com a missão de garantir a defesa e a promoção do bem-estar animal. E que,
7. Recentemente, pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2021, de 25 de junho foi instituída a figura do Provedor do Animal (Nacional);
8. Nos termos da alínea k) n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal *Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos;*

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DELIBERE

- 1) Aprovar a criação da figura do Provedor Municipal dos Animais de Braga;
- 2) Aprovar o início do presente procedimento regulamentar, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

Braga, 19 de julho de 2021

O VEREADOR COM A ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA POLÍTICA ANIMAL,	O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
 ENG. ALTINO BESSA	DR. RICARDO RIO

Regulamento de Designação, Organização e Funcionamento do Provedor Municipal dos Animais de Braga

A criação do Provedor Municipal dos Animais de Braga foi uma proposta da Câmara Municipal de Braga pela necessidade de ser criada uma figura municipal não executiva, isenta, imparcial, defensora da causa pública, mediadora e não revestida de autoridade local. Deve receber os munícipes com e sem animais de forma a se atingir o equilíbrio e a saudável convivência da comunidade local, deve esclarecer a população das políticas municipais para a melhoria do bem-estar dos animais, da responsabilidade de quem cuida deles, de fazer cumprir a legislação nacional e regulamentos municipais nomeadamente na higiene pública, no comportamento das pessoas face aos animais e no apuramento da responsabilidade em matéria de fiscalização e atuação legal.

Artigo 1.º

Missão

O Provedor Municipal dos Animais de Braga tem por missão garantir a defesa, o bem-estar e a proteção dos animais, bem como promover, zelar e monitorizar a prossecução dos seus direitos e interesses, sempre que necessário com recurso aos serviços municipais.

Artigo 2.º

Elegibilidade e designação

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga é designado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Braga.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga toma posse, assumindo funções, perante o Presidente da Assembleia Municipal de Braga.
3. A designação para o cargo de Provedor Municipal dos Animais de Braga deve recair num cidadão residente no Concelho, que goze de comprovada reputação, integridade e independência.

Artigo 3.º

Estatuto Remuneratório

O cargo de provedor dos animais de Braga não é remunerado.

Artigo 4.º

Independência, imparcialidade e autonomia

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga prossegue a sua atividade de forma independente, imparcial e autónoma em relação aos órgãos autárquicos, nos termos conferidos pelas presentes normas e demais legislação aplicável.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga prossegue a sua missão em colaboração com os Serviços Municipais, na área do Concelho de Braga.

Artigo 5.º

Incompatibilidades

O exercício da missão do Provedor Municipal dos Animais de Braga é incompatível com o cargo de dirigente municipal, membro de órgão de empresa municipal, funcionário municipal, cargos de nomeação política em exercício na Câmara municipal ou empresa municipal, não podendo também integrar os órgãos sociais de movimentos associativos cujo objetivo seja a proteção e defesa dos animais.

Artigo 6.º

Apoio

1. Para o cumprimento da sua missão, ao Provedor Municipal dos Animais de Braga são, por solicitação deste, disponibilizados os apoios necessários ao bom desempenho das suas funções, nem como toda a colaboração que lhes for solicitada.
2. Toda a eventual despesa efetuada pelo Provedor dos Animais no âmbito das suas funções tem que ser previamente aprovada pelo Presidente da Câmara.

Artigo 7.º

Exercício de funções

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga exerce as suas funções por um período de quatro anos.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga toma posse em sessão pública da Câmara Municipal.
3. Após o termo do período para que foi designado, o Provedor Municipal dos Animais de Braga mantém -se em exercício de funções até à tomada de posse do seu sucessor.

Artigo 8.º

Cessação de funções

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga cessa a sua função nos seguintes casos:
 - a) Por deliberação da Assembleia Municipal, devidamente fundada e fundamentada, em motivo sério e ponderosos de perda total de condições de confiança que o lugar exige;
 - b) Morte ou incapacidade física permanente;
 - c) Incompatibilidade superveniente;
 - d) Renúncia fundada e fundamentada.
2. A renúncia é comunicada por escrito pelo Provedor Municipal dos Animais de Braga à Câmara Municipal de Braga.

Artigo 9.º

Competências

Compete ao Provedor Municipal dos Animais de Braga:

- a) Receber, analisar e procurar resolver as queixas e reclamações que lhe forem apresentadas pelos Munícipes;

- b) Apreciar as reclamações dos Municípes, sem poder decisório, dirigindo apenas as recomendações necessárias;
- c) Reduzir a escrito as reclamações apresentadas oralmente ou por correio eletrónico, devendo as mesmas ser assinadas pelos reclamantes;
- d) Dar resposta, no prazo de 30 dias úteis a solicitação dos órgãos municipais, ou, em igual prazo, a satisfação das reclamações apresentadas por municípes;
- e) Elaborar anualmente um relatório da sua atividade, para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
- f) Promover e participar em ações, nomeadamente de sensibilização, seminários, conferências, cursos, e outros eventos afins;
- g) Cooperar e colaborar com entidades competentes na prossecução de objetivos relacionados com o bem-estar animal;
- h) Acompanhar entidades na prossecução de missões relevantes para os interesses dos animais de forma a auxiliar quando necessário garantindo o resultado final mais justo e adequado possível;

Artigo 10.º

Limitação de competências

1. O Provedor Municipal dos Animais de Braga não tem poder decisório, dirigindo aos órgãos municipais competentes as suas recomendações.
2. O Provedor Municipal dos Animais de Braga não tem competência para anular, revogar ou alterar qualquer decisão e a sua intervenção não suspende o decurso de prazos gratuitos ou contenciosos.

Artigo 11.º

Dever de Sigilo

O Provedor Municipal dos Animais de Braga fica obrigado a manter sigilo sobre os factos de que tome conhecimento no exercício das suas funções, sempre que tal sigilo se imponha em virtude da natureza desses mesmos factos.

Artigo 11.º

Divulgação

A Câmara Municipal de Braga assegura a divulgação e os meios de acesso dos cidadãos ao Provedor Municipal dos Animais de Braga.

Artigo 12.º

Lacunas no regulamento

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento é competente o Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 13.º

Produção de efeitos

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.